

# Sabatina morna

SÍLVIA MUGNATTO E  
JANES ROCHA

BRASÍLIA – Em vez de questionar as medidas de ajuste fiscal, boa parte dos senadores resolveu perguntar ontem ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, por que o governo não reduziu mais cedo a sua dependência de capitais estrangeiros e por que não taxa imediatamente os capitais de curto prazo. Malan respondeu que o Programa de Estabilidade Fiscal independe da situação externa. “O Brasil deve fazer isto em benefício de si próprio”, afirmou. O debate, porém, foi morno, pois, no plenário, apenas metade dos 81 senadores esteve presente durante as quatro horas de discussão.

No mês passado, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, disse que o governo poderia alterar em breve o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a entrada de capitais de curto prazo, elevando a alíquota de 2% para 10%. Mas a medida não saiu. Os capitais de curto prazo foram classificados ontem pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) de “dinheiro de motel, que fica só alguns dias”. Depois, Amin disse que o país poderia ser “usuário” deste dinheiro, mas não ficar dependente dele.

**Drogas** – O ministro Malan quis fazer uma comparação com dependentes de drogas, mas desistiu. “Por vezes, por razões conjunturais, típicas, nós temos que usar este dinheiro”, continuou. Também atacando a dependência externa, o senador Jefferson Peres (PSDB/AM) criticou o fato de o Congresso Nacional ter que aprovar as medidas de ajuste fiscal, pois, do contrário, a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao país não será concluída.

Na mesma linha, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) quis saber por que o FMI e um grupo de empresários brasileiros ficou sabendo antes do Congresso das medidas de ajuste fiscal. “Isto não é verdade. O FMI foi comunicado ontem por e-mail”, respondeu Malan.

O ministro ainda garantiu que os empresários que jantaram no Palá-

cio do Alvorada na véspera do anúncio das medidas não souberam de nada do programa. Dutra fez questão de lembrar um discurso de 1984 do então senador Fernando Henrique Cardoso, no qual o atual presidente criticava o FMI. “Nós preferimos romper com as regras do fundo do que com as regras do país”, dizia um trecho do discurso.

Quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu uma maior desvalorização do real em troca de medidas que vão trazer mais desemprego, Malan foi categórico: “A desvalorização terá o efeito de reduzir o valor real do salário do brasileiro”.

**Desvalorização** – O ministro repetiu que o ajuste cambial lento vem sendo feito pelo governo e que, este ano, o dólar subirá 7,5% em relação ao real, enquanto a inflação deverá ser de 1,5%. “Qual seria a taxa nominal de desvalorização que um país em desenvolvimento teria que dar para conseguir hoje uma desvalorização real de 6%?”, perguntou Malan. O ministro lembrou que o México fez uma desvalorização de 15% e o mercado elevou esta taxa para 80%.

Os senadores da oposição e até da base aliada também criticaram o insucesso do pacote editado em novembro do ano passado e perguntaram ao ministro se eles poderiam confiar no novo pacote. Malan disse que o pacote de novembro foi bem-sucedido porque permitiu a queda das taxas de juros. “Hoje, a situação é pior do que era naquela época. O problema é mais amplo, do sistema”, resumiu Malan.

Aos senadores que criticaram o processo de abertura comercial do Brasil, Malan disse que os empresários brasileiros ainda estão se preparando para combater práticas desleais de comércio feitas por outros países, como o *dumping* (quando uma empresa estrangeira coloca o preço de seus produtos abaixo dos custos de produção para quebrar os concorrentes). E deu a mesma resposta quando o senador Gerson Camata (PMDB-ES) questionou a importação de supérfluos.